

Tripla recorde

País teve arrocho forte para pagar os juros altos da dívida interna. Débito externo é o menor desde 1991

EDNA SIMÃO
DA EQUIPE DO CORREIO

Arte: Gabriel Góes e Lucas Pádua

O Brasil está pagando caro pela política de juros altos adotada pelo Banco Central. A meta de superávit primário (receita menos despesas, excluindo pagamento de juros) foi cumprida com folga de R\$ 11,355 bilhões em 2005 e mesmo assim o dinheiro foi insuficiente para cobrir o gasto recorde com juros: R\$ 157,145 bilhões ou 8,18% do Produto Interno Bruto (PIB). O melhor número refere-se à dívida externa líquida do setor público, que atingiu o menor patamar desde 1991. O débito caiu de R\$ 138,931 bilhões (7,5% do PIB) em dezembro de 2004 para R\$ 50,3 bilhões (2,6% do PIB) no final do ano passado. Segundo Lopes, a redução da dívida externa está relacionada ao pagamento de US\$ 15,5 bilhões ao Fundo Monetário Internacional (FMI).

O chefe do Departamento Econômico (Depec) do BC, Altamir Lopes, ao comentar as despesas com a dívida interna, lembrou que em 2004 a Selic (taxa básica de juros) média foi de 16,25% e, no ano passado, saltou para 19,05%, o que aumentou as despesas com juros. Com isso, a necessidade de financiamento do setor público foi de R\$ 63,641 bilhões (3,29%). Lopes espera que este número encerre este ano em 2,7%.

Apesar deste cenário, a dívida pública consolidada ficou praticamente estável em R\$ 1,002 trilhão ou 51,6% do PIB (menor desde 2002 quando este número correspondia a 48,8% do PIB) com a valorização do real frente ao dólar. Em 2004, os débitos brasileiros somavam R\$ 956,996 bilhões (51,7% do PIB). "O câmbio contribuiu bastante. Só não contribuiu mais porque o país reduziu sua dívida atrelada à moeda americana", disse Lopes. A expectativa do BC é de que a relação dívida/PIB feche 2006 em 50,3%, considerando as projeções de mercado de uma Selic média de 15,81% e uma taxa de câmbio de R\$ 2,39.

No ano passado, o governo brasileiro apertou os cintos e economizou R\$ 93,505 bilhões — o mais alto valor já registrado desde que o BC começou a acompanhar esses números em 1991. Em relação ao PIB, o arrocho fiscal atingiu 4,84%, perdendo apenas para o resultado de 1994 (5,21%). A meta de economia era de 4,25% ou R\$ 82,150 bilhões. "O superávit primário de 4,84% do PIB foi a economia necessária e suficiente para equilibrar a relação dívida/PIB", ressaltou. Como de costume, houve uma aceleração dos gastos da União.

Em dezembro, o país registrou déficit primário de R\$ 5,1 bilhões, mas não impediu a realização do superávit primário recorde no ano. Lopes explicou que o saldo negativo registrado no ano passado — o mais elevado desde dezembro de 1997 (R\$ 9,3 bilhões) — se deve ao comportamento do governo central — estados e municípios — que gastou mais com pagamento do funcionalismo público e realização de investimentos. Os gastos com juros em

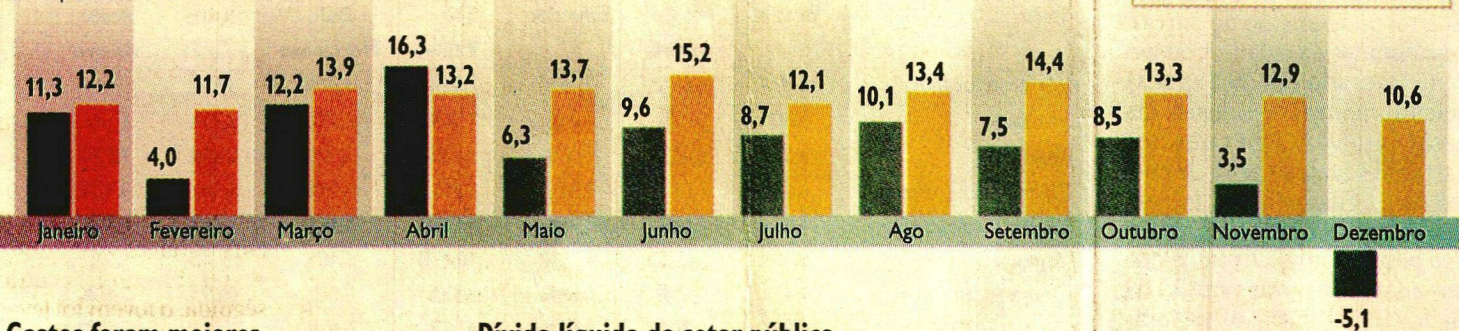
SUPERÁVIT HISTÓRICO

Arrocho fiscal foi insuficiente para evitar aumento do valor da dívida interna



Juros superam economia

Em R\$ bilhões



Gastos foram maiores

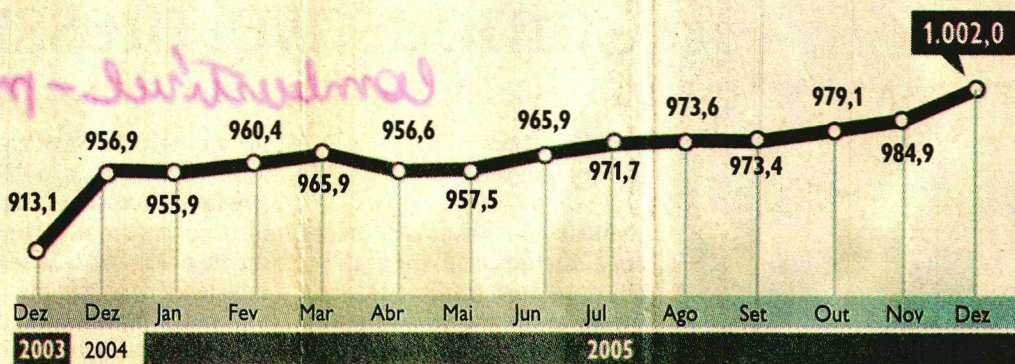
Em R\$ bilhões



(Fonte: Banco Central)

Dívida líquida do setor público

Em R\$ bilhões



dezembro foram de R\$ 10,676 bilhões. Em novembro, este número foi de R\$ 12,979 bilhões. Lopes explicou que esta ligeira baixa está relacionada a depreciação do câmbio de 6,1% no período.

Os números mostram que o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, venceu a queda-de-braço com a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, que defendia o cumprimento da meta do superávit primário de 4,25%, ou seja, sem aumento (leia memória ao lado). A equipe de Palocci perseguiu, informalmente, 5% do PIB para evitar a elevação da dívida pública. No total do superávit primário, o governo federal contribuiu com economia de R\$ 93,629 bilhões. Também fizeram uma economia recorde estados e municípios (R\$ 21,323 bilhões) e empresas estatais (16,441 bilhões). O superávit primário só não foi maior por causa do déficit

da Previdência Social: R\$ 37,576 bilhões no período.

Exagero

Para o ex-diretor do BC e chefe da divisão econômica da Confederação Nacional do Comércio, Carlos Thadeu de Freitas, a autoridade monetária exagerou na dosagem dos juros. Segundo ele, em 2004, os juros reais sobre o PIB era de 7,2%, em um momento em que a inflação havia atingido um patamar elevado. Em 2005, ano em que a inflação convergia para as metas e o real se valorizou frente ao dólar, os juros reais saltaram para 7,6%. "O superávit primário de 4,25% do PIB é razoável para conter a trajetória da dívida. O problema é o juro alto", afirmou Freitas. O economista explicou ainda que a economia de 4,84% do PIB é consequência do aperto fiscal no primeiro semestre.

Já o economista da Mauá Investimentos, Caio Megale, disse que o superávit conseguido ano passado foi importante para manter a dívida pública sobre controle. "Os juros são altos porque o governo gasta muito. É preciso reduzir as despesas. Se não tivéssemos feito este superávit a relação dívida/PIB seria maior, o que poderia gerar um desgaste maior para a economia". A expectativa de Megale para este ano é de que a relação dívida/PIB apresente uma queda com a perspectiva de continuidade de queda da Selic e de crescimento econômico de cerca de 3%. "O ideal era a relação dívida/PIB cair para algo em torno de 40%.

A analista do Itaú, Sílvia Valadares, ressaltou que a dívida pública apresentou crescimento em 2005 devido a política de compra de reservas internacionais, que

tem custo elevado. "Você tem um estoque de dívida maior, mas o cenário é de queda de juros. O governo está trabalhando para a redução da dívida. Em 2004, conseguiu diminuir muito. No passado, apenas reduziu o grau de velocidade. Daqui para frente tudo vai depender do patamar do superávit primário", afirmou.

O IESB está aceitando alunos por transferência ou com curso superior já concluído. Sua chance de estudar na mais inovadora faculdade do DF. Aproveite.

TRANS

FERÊNCIA

www.iesb.br
3448 9866
3448 9831

IESB